

---

## **Extrativismo e a Comunicação para o Desenvolvimento: o Caso das Quebradeiras de Coco Babaçu<sup>1</sup>**

Magnolia Rejane Andrade dos SANTOS<sup>2</sup>  
Raysa Beatriz da Silva LEMOS<sup>3</sup>  
Universidade Federal de Alagoas/UFAL (AL)

### **RESUMO**

Ressaltamos, nesta comunicação, a importância econômica, cultural e comunicacional do coco babaçu para as comunidades extrativistas brasileiras. As mulheres quebradeiras de coco babaçu são o objeto de estudo, no qual destacamos o protagonismo feminino na atividade econômica em contextos populares. Além da explícita função socioambiental das quebradeiras de coco babaçu. Para fundamentar o trabalho apresentamos a ótica de Paruzzo (2003, 2006) sobre o conceito de comunicação comunitária. Falamos sobre extrativismo e a cultura da quebra de babaçu a partir da visão de autores como de Silva e Miguel (2014) e Barbosa (2018). Por fim, abordamos a comunicação comunitária no âmbito das quebradeiras de coco babaçu.

**PALAVRAS-CHAVE:** desenvolvimento local; comunicação comunitária; extrativismo; quebradeiras; coco babaçu.

### **INTRODUÇÃO**

Esta comunicação pretende contribuir para o tema geral do Congresso *Comunicação e resistências práticas de liberdade para a cidadania*. O ponto de vista é o da tríade comunicação, mudança social e desenvolvimento local como um processo de conquista da cidadania pelas classes populares. A equação entre movimento social, educação profissional e políticas públicas tem como resultante a conscientização e luta pelos direitos sociais, tendo como meta a melhoria da qualidade de vida do indivíduo e de sua comunidade.

A temática do Congresso é muito abrangente e aponta para várias direções e problemáticas contemporâneas, principalmente para o desdobramento da crise econômica e política, desencadeada pela pandemia da Covid 19. O presente trabalho faz um

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista, doutora em Comunicação e Semiótica (PUC/SP) e docente do Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFAL, e-mail: magnolia@reitoria.ufal.br.

<sup>3</sup> Mestranda do Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFAL, e-mail: raysablemos@gmail.com.

---

movimento contrário, singular, apresentando o caso específico das quebradeiras de coco babaçu. Diante do isolamento social, essas trabalhadoras continuaram, de forma precária, suas atividades de sobrevivência. Diante das limitações do auxílio das políticas públicas, a resistência desses grupos de mulheres extrativistas é uma importante lição do exercício prático da luta pela inclusão social e reconhecimento da própria cidadania.

Como o conceito de comunicação assemelha-se a uma cebola com diversas camadas, é necessário apresentar o aspecto conceitual a partir do qual a reflexão será desenvolvida de forma mais produtiva. A escolha recai na discussão em torno da comunicação comunitária enquanto "pressupõe a participação ativa da população local, a sustentabilidade, o respeito a condições e valores autóctones e o retorno dos benefícios à população envolvida como sujeitos no processo" (PERUZZO, 2003, p. 253).

A participação popular ativa tem sido denominada, nos últimos 40 anos, com diferentes termos tais como popular, participativa, alternativa, dialógica, não-hegemônica, libertária etc., remetendo aí para os sentidos de luta e resistência. Nessa direção, Peruzzo comenta a importância que a comunicação comunitária tem tido no processo de formação política das classes subalternas:

A comunicação comunitária no Brasil, nas duas últimas décadas do século XX, teve como característica a sua organicidade aos movimentos sociais populares. Não se tratava tão somente de comunicação de "comunidades", mas de todos aqueles processos comunicativos realizados no âmbito de movimentos e organizações populares, que lutavam para a consecução de direitos de participação cidadã e melhoria nas condições de existência dos excluídos (PERUZZO, 2003, p. 247).

A dimensão reivindicatória de direitos pessoais ou coletivos é o cerne dessa discussão. No entanto, a comunicação comunitária vai além da participação engajada e incorpora o cotidiano cultural, artístico, familiar, pautas em geral capazes de mobilizar o interesse coletivo em questões como saúde, meio ambiente e violência. Na prática, os meios e processos de cada experiência em comunicação comunitária é um caso singular e depende dos atores e circunstâncias implicadas nas mesmas. Segundo Peruzzo, "Há de se observar cada caso, cada experiência, pois tudo depende das condições locais, das identificações que se consegue realizar, dos significados dos "serviços" prestados em cada lugar e assim por diante" (PERUZZO, 2003, p. 246).

---

## EXTRATIVISMO: CONCEITOS E TIPOLOGIA

Segundo Silva e Miguel (2014), o extrativismo não pode ser visto apenas como uma prática de pura e simples coleta de produtos da natureza. Seja vegetal, animal ou mineral, ele é uma atividade tão antiga quanto a existência humana e, portanto, tão complexa como o processo de produção agrícola como um todo. Para esses autores, não existe uma definição consensual sobre o que realmente é o extrativismo. O debate conceitual tende a demonstrar cada vez mais as semelhanças com um cultivo ou uma criação, isto é, com a agricultura em geral.

Considerando o contexto da presente análise, tomamos como conceito válido para definir a atividade extrativista o que preconiza a Lei 9.985 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), em 18 de julho de 2000. No Parágrafo XII, o extrativismo recebe uma conceituação, que incorpora a categoria “sustentável”. Assim, extrativismo é um “[...] sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis [...]” (BRASIL, 2000, sem paginação).

No estudo das quebradeiras, a incorporação da sustentabilidade representa a possibilidade tanto de preservação das palmeiras de babaçu, das dimensões do território ocupado bem como das práticas históricas, culturais e de gênero dessa atividade econômica. Falar em “modo sustentável” implica supor um processo de conscientização e gestão para a preservação da natureza. No caso, identidade e cidadania são reverberações que se constituem, através dos processos e práticas comunicacionais, para a instituição de uma cultura de coleta adequada. Peruzzo (2003), é contundente na defesa da perspectiva em que a comunicação comunitária ou popular pode desencadear o desenvolvimento local:

No âmago da questão, o que está colocado, falando de modo claro e sintético, é a premência do uso dos meios de comunicação em benefício da cidadania e que esta é construída pelos próprios cidadãos, na sua interação com outras forças constitutivas da sociedade. O desenvolvimento só faz sentido se promover a igualdade no acesso à riqueza e o crescimento integral da pessoa e de todos, ou seja, se tiver como mola-mestra o ser humano. (PERUZZO, 2003, p. 156).

É nessa perspectiva ampliada que consideramos o estudo da atividade comunicacional das quebradeiras de coco babaçu como pertinente para este GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local.

---

## O PAPEL DO EXTRATIVISMO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

O babaçu, também conhecido como babaçu, coco-de-macaco, indaiá, pindoba, dentre outros, é uma palmeira da família Arecaceae que alcança até 30 metros e possui folhas arqueadas. Seu nome é oriundo do Tupi-Guarani, *ibá-guaçu*, que significa fruto grande. Em terras brasileiras ocupa 25 milhões de hectares, todavia é encontrado em outros países da América do Sul, a exemplo de Suriname, Bolívia e Guiana Francesa. Os estados brasileiros em que o babaçu ocorre com mais expressividade são Maranhão, Pará, Piauí e Mato Grosso, e ocorre em partes isoladas de diversos estados, como Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Rondônia e Tocantins (SILVA; NAPOLITANO, 2016).

A extração do coco babaçu, prática cultural passada de geração em geração, constitui-se como fonte de renda principal ou secundária das famílias das quebradeiras de coco. A palmeira é parte da vida dessas famílias, que possuem tanto conhecimento sobre a árvore a ponto de usá-la integralmente e gerarem vários produtos como temperos, adubo, peças artesanais, carvão e sabonetes. Por ser necessária para a sobrevivência das comunidades, o babaçu é conhecido como “árvore-mãe” (MATOS; SHIRAIISHI; RAMOS, 2015).

Barbosa (2018) enuncia a existência de uma divisão sexual do trabalho nas comunidades extrativistas de coco babaçu, onde a atividade de coleta e quebra do coco é de responsabilidade das mulheres e os homens adultos trabalham na roça com o cultivo de alimentos. A autora traz que as mulheres começam a praticar essa atividade por volta dos sete anos de idade e a realizam até a velhice. Faz parte da rotina das quebradeiras a caminhada até os babaçuais, individual ou em grupo, para recolher os cocos que caem das palmeiras, sejam elas próprias ou assentadas.

As mulheres quebradeiras de coco fazem parte dos povos tradicionais do Brasil pois sua cultura é diretamente ligada a palmeira do babaçu, logo estabelecem relações distintas com o território que habitam. Os povos tradicionais são definidos pelo Decreto no 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 como “[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica [...]” (BRASIL, 2007, sem paginação).

---

Nessa perspectiva, entende-se que os povos tradicionais detêm costumes e ordem social diferenciados do meio ao qual estão inseridos, isso implica na necessidade de direitos e legislações específicas para esses povos. A Constituição Federal de 1988 estabelece, por meio do inciso primeiro do artigo 215, que o Estado deve garantir as “[...] manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 2016, p. 126).

Entretanto, apesar do que determina a Carta Magna, os povos tradicionais brasileiros sofrem adversidades como discriminação étnico racial e disputas territoriais. Em relação aos problemas enfrentados pelas quebradeiras de coco babaçu, destacam-se: concentração fundiária, degradação ambiental e expansão das monoculturas. A grilagem de terras, que restringe o acesso das quebradeiras aos babaçuais, é outro empecilho grave, tais fatos motivaram a organização coletiva das quebradeiras de coco e surgimento, no início da década de 1990, do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). O livre acesso aos babaçuais para a coleta de coco, a criação e aprovação de Leis do Babaçu livre em âmbito federal, estadual e municipal são algumas das reivindicações do movimento (MATOS; SHIRAIISHI; RAMOS, 2015).

Segundo o MIQCB (2019) cerca de 400.000 mulheres quebradeiras de coco babaçu vivem na região dos babaçuais, que abrange apenas os estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins. Nesse ínterim, compreende-se a relevância histórica, cultural, ambiental, econômica e sociopolítica das quebradeiras de coco babaçu. A atividade desempenhada por elas afeta as relações econômicas das comunidades extrativistas e levanta questões pertinentes como gênero, agricultura familiar, distribuição de terras no Brasil, ação coletiva, conhecimento tradicional e princípio da sustentabilidade.

No âmbito da Ciência da Informação, há poucos trabalhos que abordam as quebradeiras de coco. Entre eles, destaca-se a dissertação de Silva (2014), intitulada “Movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu: mulheres, trabalho e informação”, com foco no movimento de quebradeiras. Esse trabalho buscou “[...] pesquisar sua organização e disposição, bem como identificar os meios e recursos tecnológicos de informação e comunicação utilizados atualmente pelo movimento para trocar informações [...]” (SILVA, 2014, p. 12).

---

## PROCESSOS COMUNICACIONAIS NO EXTRATIVISMO DO BABAÇU

---

O extrativismo vegetal do coco babaçu é a principal fonte de renda das famílias das quebradeiras, como já abordado, é essa atividade que provê o sustento e a continuidade dessas comunidades. Contudo, o fator econômico não é o único envolvido na extração do babaçu. Identidade, resistência, liderança e empoderamento feminino também são pautas presentes na realidade das quebradeiras. Nesse contexto, enxerga-se o fator comunicacional como determinante para a organização e preservação das atividades realizadas por esses grupos extrativistas. Esse fator é destacado na fala da quebradeira Maria Querobina da Silva Neta, do município de Imperatriz – MA, em sua biografia:

O movimento das quebradeiras foi um movimento muito dinâmico para correr atrás de informação, porque a gente trabalhou muito com informação e formação. E dentro desse trabalho a gente descobriu muita gente interessante, tanto do Tocantins como de outros lugares. Pessoas que ao longo da história trabalhavam tanto com o movimento de mulher como de agricultura familiar. A gente barganhou muitas informações e aqui na região, aqui no Maranhão, muita região interessante que a gente encontrou, através da igreja, do trabalho de CEBS [...] (SILVA NETA, 2018, p. 43).

Percebe-se a importância da comunicação face a face para a troca de experiências das quebradeiras de coco babaçu e o papel essencial do movimento de quebradeiras para a mobilização dessas mulheres. Por essa perspectiva, Silva (2014) fala que o MIQCB é formado por redes de sociabilidade como associações, cooperativas e comissões que envolvem a luta pela cidadania, reconhecimento, igualdade racial e de gênero. A autora ressalta que o movimento proporciona mais visibilidade para essas mulheres e promove “[...] o engajamento das quebradeiras, o MIQCB vem desenvolvendo cursos de formação e capacitação de suas lideranças através de seminários, encontros, oficinas, etc [...]” (SILVA, 2014, p. 32).

Essas ações do movimento de quebradeiras inserem-se em um contexto de comunicação popular ou comunitária. Conforme Peruzzo (2006), esse tipo de comunicação é vinculado aos processos comunicacionais que ocorrem no âmbito da ação dos grupos populares. Tal ação, que possui característica coletiva, é representada pelos movimentos e organizações sociais e é disseminada através de canais próprios de comunicação. A autora afirma que a comunicação popular se relaciona com a luta pela melhoria das condições de vida e configura-se como um espaço onde há participação

democrática do povo, posto isso é: “[...] um instrumento político das classes subalternas para externar sua concepção de mundo, seu anseio e compromisso na construção de uma sociedade igualitária e socialmente justa.” (PERUZZO, 2006, p. 4).

Diante do exposto, considera-se que a comunicação popular/comunitária, desenvolvida pelos movimentos, é de suma importância para o exercício da cidadania e liberdade de expressão, dado que por meio desta grupos historicamente excluídos e/ou marginalizados ganham voz e lutam por seus direitos. Divulgar as pautas dos movimentos para os seus membros fortalece as atividades realizadas por esses grupos e tem o poder de conscientizar a comunidade externa. Desse modo, chama-se atenção para a divulgação de notícias e pautas das quebradeiras.

Imagem 1: Boletim Informativo divulgado pelo MIQCB



Fonte: MIQCB, 2017.

A comunicação é presente no movimento que, em 2019, participou de Oficinas de Fotografia e Comunicação Comunitária em virtude da campanha “Filhas da Mãe Palmeira, as quebradeiras de coco babaçu”, realizada por meio de parceria com a ActionAid e União Europeia e com o intuito de valorizar a cultura da quebra de coco babaçu (MIQCB, 2021). Os objetivos dessa atividade foram:

“[...] dar visibilidade às violações de direitos das quebradeiras de coco babaçu; aproximar e gerar identificação do público com as demandas das quebradeiras de coco babaçu por seu desenvolvimento sustentável e engajar a sociedade na luta pela defesa dos modos de vida das quebradeiras de coco babaçu [...]” (MIQCB, 2021).

---

Nota-se que apesar da coleta e quebra do babaçu ser ligada a economia das comunidades extrativistas, a luta das quebradeiras de coco babaçu assume também caráter político. Matos, Shiraishi e Ramos (2015, p. 9) dizem que “[...] mais do que um complemento da renda, trata-se de uma atividade tradicional e cultural deste povo [...]”. Portanto, a subsistência não é o único fator envolvido na rotina e vivência dessas mulheres, pois as quebradeiras de coco babaçu assumem importante função socioambiental ao se posicionarem contra o desmatamento e latifúndios dado que reivindicam o direito de acesso às palmeiras de babaçu e a preservação da natureza.

Em uma sociedade capitalista em que a preocupação com lucros capitais é superior ao zelo com os recursos naturais, essas mulheres, que vivem em comunidades rurais praticantes de agricultura e criação de animais para subsistência, colocam em debate o desenvolvimento sustentável, a preservação da natureza, a criação de legislações específicas para os babaçuais, as políticas públicas de reforma agrária e as questões de gênero. Tais temáticas são foco de discussões entre as quebradeiras e compartilhadas no site do MIQCB e nas redes sociais do movimento.

Silva (2014) aponta que as quebradeiras de coco babaçu valorizam uma boa comunicação entre si e consideram a comunicação do conhecimento tradicional como uma maneira de preservação. Para elas, não utilizar máquinas para quebrar o babaçu e pressionar os poderes estatais no que se refere a aprovação de leis de babaçu livre são formas de preservar a informação sobre o trabalho que realizam. A autora fala que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) modificou positivamente a comunicação entre as quebradeiras elas: “[...] relatam que em tempos passados os meios de comunicação se davam através de recados e bilhetinhos; e, às vezes, quando a informação chegava, se fosse uma viagem ou um evento, a data já tinha passado [...]” (SILVA, 2014, p. 78). O uso do celular e da internet é colocado em ênfase por Silva que afirma:

Conforme as respostas à chegada do celular no universo das quebradeiras de coco babaçu melhorou bastante o processo de comunicação entre os membros do MIQCB. Ressaltam como era difícil os tempos antes do celular e o processo de evolução após sua chegada: em tempos passados os recados e bilhetes demoravam dias para chegar a seus destinos e isso se configurava num transtorno. Após a chegada do celular não só a comunicação melhorou como elas já usam o recurso tecnológico para finalidades como, por exemplo, registrar por meio de fotos os momentos em que estão em trabalho de quebra coletiva [...] (SILVA, 2014, p. 79).



É válido citar que muitas quebradeiras não possuem acesso a celulares e nem a rede de internet em seus municípios, entretanto há discurso unânime no movimento de que uso das TICs é positivo para divulgar o movimento e, conseqüentemente, aumentar o seu reconhecimento e alcance (SILVA, 2014). Essa visão é encontrada na fala da quebradeira Maria Querobina da Silva Neta ao se referir ao uso do celular e das redes sociais para difundir a opinião das quebradeiras sobre o desmatamento e latifúndios:

“[...] Hoje o povo tem celular até dentro dos banheiros. Eu não sei mexer com aquilo, mas muita gente sabe. Por que a gente não solta no mundo também aquilo que é do nosso interesse? Bota na internet, bota no whatsapp, que eu não sei chamar esse trem, bota tudo. Nem que seja assim, a gente vai ter que falar. Não vai ter outro jeito. [...]” (SILVA NETA, 2018, p. 75).

Ressaltamos que durante a pandemia de COVID-19 os esforços das quebradeiras não cessaram. INESC (2020) e MIQCB (2021) relatam que, apesar das dificuldades ocasionadas pelo isolamento social e dos impactos econômicos e psicológicos, a luta por território e direito ao babaçu livre continua. As atividades de planejamento e avaliação do movimento aconteceram via internet, com o uso de aplicativos para videoconferências. Ocorreram ações como entregas de cestas básicas e informatização sobre o vírus e protocolos de segurança. A crise pandêmica alterou o dia a dia das comunidades extrativistas, contudo problemas relativos a território persistem. Dessa forma, os movimentos sociais precisam se manter atuantes, adaptando-se a conjuntura atual.

Imagem 2: Divulgação de fotos do encontro entre líderes do MIQCB com a Secretaria de Agricultura Familiar do Estado do Maranhão



Fonte: Instagram do MIQCB, 2021.

Para Lima, Gaioso e Pereira Junior (2018, p. 1461) o MIQCB: “[...] atua como um importante articulador indispensável à garantia da manutenção dos babaçuais. Mais que uma bandeira de luta, a palmeira é parte da identidade política organizativa da quebradeira [...]”. Sendo assim, o movimento de quebradeiras é fator chave para as ações de comunicação comunitárias desses grupos que enxergam no coco babaçu não apenas questões monetárias, mas também a sua história de vida e identidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Coletar e quebrar coco babaçu é o ofício de milhares de mulheres brasileiras. Essa atividade é determinante para o funcionamento, economia e continuidade de comunidades extrativistas. Para as famílias das quebradeiras, a palmeira babaçu provê desde o alimento até o telhado das casas, feito com a palha da árvore. As quebradeiras de coco babaçu assumem importante função socioambiental ao se posicionarem contra o desmatamento e latifúndios dado que reivindicam o direito de acesso às palmeiras de babaçu e a preservação da natureza.

É importante ressaltar que a presente comunicação é um levantamento que faz parte de pesquisa no campo da Ciência da Informação que consistirá na dissertação da coautora do trabalho. O presente trabalho buscou discorrer sobre os processos comunicacionais das quebradeiras de coco babaçu e apresentar essa atividade como fator primordial para o desenvolvimento de comunidades extrativistas que encontram nela a sua fonte de renda. O coco babaçu é símbolo da cultura e resistência dessas comunidades que ensinam para os seus membros, desde a sua infância, a importância desse fruto para as suas vidas.

Nessa conjuntura, a comunicação popular/comunitária apresenta-se como uma estratégia para esses grupos difundirem suas causas, trabalho, posturas políticas e produtos. O MIQCB desempenha papel fundamental nessa missão de disseminar o valor da palmeira babaçu, a nível nacional e internacional, e conscientizar a sociedade no que diz respeito à relevância social das quebradeiras.

Territorialidade, gênero e sustentabilidade são alguns dos temas recorrentes nessa luta significativa pelos direitos dessas comunidades tradicionais. A comunicação assume papel considerável para as quebradeiras de coco que precisam comunicar-se entre si,

como forma de manutenção dos seus conhecimentos e tradições, e para a sociedade em geral com o intuito de propagar as suas causas e conscientização. Ademais, o uso das TICs e redes sociais possibilitam maior integração entre as quebradeiras e ampliam a abrangência de conteúdos e notícias relativas as quebradeiras de coco babaçu.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Na terra das palmeiras: gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional n. 106/2020. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 498 p. Disponível em: [https://livraria.senado.leg.br/index.php?\\_route\\_=constituicao-federal-106a-emenda-livro2020&search=constitui%C3%A7%C3%A3o](https://livraria.senado.leg.br/index.php?_route_=constituicao-federal-106a-emenda-livro2020&search=constitui%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 316, 8 fev. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 24 jul. 2020.

BRASIL, Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 19. jul. 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm). Acesso em: 10 ago. 2021.

INESC. **Mulheres amazônicas e a defesa dos territórios em tempos de Covid-19**. [Brasília, DF], 2020. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/mulheres-amazonidas-e-a-defesa-dos-territorios-em-tempos-de-covid-19/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LIMA, Carmen Lúcia Silva; GAIOSO, Arydimar Vasconcelos; PEREIRA JUNIOR, Davi. Piauí empreendedor e a questão dos babaçuais: contradições e problemas de um projeto de desenvolvimento. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, p. 1449-1464. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9874/5825#>. Acesso em: 11 ago. 2021.

MATOS, Francinaldo; SHIRAIISHI, Joaquim; RAMOS, Vitória. **Acesso à terra, território e recursos naturais: a luta das quebradeiras de coco babaçu**. São Paulo: ActionAid, 2015. Disponível em: [http://actionaid.org.br/wpcontent/files\\_mf/1493418575quebradeiras\\_actionaid\\_port\\_rev1.pdf](http://actionaid.org.br/wpcontent/files_mf/1493418575quebradeiras_actionaid_port_rev1.pdf). Acesso em: 23 jul. 2020.

MIQCB. **A luta das quebradeiras de coco é destaque no Mongabay, agência de notícias internacional sobre conservação ambiental.** São Luís, 2019. Disponível em: <https://www.miqcb.org/single-post/2019/11/13/A-luta-das-quebradeiras-de-coco-%C3%A9-destaque-no-Mongabay-ag%C3%A9ncia-de-not%C3%ADcias-internacional-sobreconserva%C3%A7%C3%A3o-ambiental>. Acesso em: 24 jul. 2020.

MIQCB. **União Europeia.** São Luís, 2021. Disponível em: <https://www.miqcb.org/uniao-europeia>. Acesso em: 6 ago. 2021.

MIQCB. **MIQCB realiza avaliação estratégica para fortalecimento das ações e lutas.** São Luís, 2021. Disponível em: <https://www.miqcb.org/post/miqcb-realiza-avalia%C3%A7%C3%A3o-estrat%C3%A9gica-para-fortalecimento-das-a%C3%A7%C3%B5es-e-lutas>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. *Mídia Comunitária, Liberdade de Comunicação e Desenvolvimento.* In: PERUZZO, Cicilia Maria Krohling; ALMEIDA, Fernando Ferreira de (org.). **Comunicação para a cidadania.** São Paulo: Intercom; Salvador: UNEB, 2003.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília, DF. **Anais [...].** Brasília, DF: UNB, 2006. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2021.

SILVA, Camila Vieira da; MIGUEL, Lovois de Andrade. Extrativismo e Abordagem Sistêmica. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 17, n. 2, p. 189-217, dez. 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/267986284.pdf>. Acesso: 11 ago. 2021.

SILVA, Elisa Marie Sette; NAPOLITANO, Juliana Elisa; BASTOS, Silvana. (Org). **Pequenos projetos ecossociais de quebradeiras de coco babaçu: reflexões e aprendizados.** Brasília, DF: ISPN, 2016. Disponível em: [https://actionaid.org.br/wp-content/files\\_mf/1493418575quebradeiras\\_actionaid\\_port\\_rev1.pdf](https://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1493418575quebradeiras_actionaid_port_rev1.pdf). Acesso em: 25 jul. 2020.

SILVA NETA, Maria Querobina da. **Sou uma mulher praticamente livre.** Rio de Janeiro: Casa 8, 2018. *E-book* (100 p.). (Coleção Narrativas das Quebradeiras de Coco Babaçu). Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/01-sou-uma-mulher-praticamente-livre-maria-querobina-da-silva-neta/>. Acesso em: 20 ago. 2020.